

O governo, no “caminho do calote interno em um ou dois anos”.

O crescimento vertiginoso da dívida pública interna, que em 12 meses até julho cresceu 600%, poderá levar o governo a decretar uma moratória interna, com a suspensão do pagamento dessa dívida, segundo afirmou ontem o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Paulo Guedes, ao apresentar a Carta Econômica da Distribuidora Pactual. Para ele, a tese da ampliação da dívida pública até que haja um “estouro” e posterior reformulação do sistema financeiro já é defendida por uma parcela do governo e faz parte dos grandes erros da política econômica do presidente José Sarney.

Para Paulo Guedes, é “mediocre” imaginar que é possível baixar as taxas de juros através da atuação das autoridades monetárias no overnight — aplicações por um dia no mercado aberto — sem que outras medidas sejam adotadas para impedir que o governo continue financiando o déficit público pela emissão de títulos e ampliação da dívida pública. “Esse é o caminho certo do calote interno dentro de um ou dois anos”, disse o economista.

Ele elogiou as medidas anunciadas pelo ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, para extinguir o IBC, o IAA e a Embratur, como “as únicas que apontam no sentido de uma solução dessa crise, porque constituem cortes efetivos nos gastos públicos”. Para o economista, há na verdade três equipes econômicas no governo, divergentes entre si: a primeira, formada pela Secretaria do Planejamento; a segunda pelo Banco Central e o Ministério da Fazenda; e, ainda, “o assessor da Presidência, Luiz Paulo Rosemberg, ligado a outro grupo de economistas”.

Três erros

Ao explicar as teses defendidas pela Carta Econômica, Paulo Guedes enumerou o que considera os três grandes erros do presidente José Sarney. O primeiro: assumir o compromisso de gerar taxas de

crescimento do PIB da ordem de 6% ao ano para os próximos quatro anos, “retomando o crescimento econômico por decreto”, em seguida, o que chamou de “oficialização da política gradualista no combate à inflação”, que para o executivo do Ibmecc significa colocar a inflação em segundo plano como objetivo de política econômica; “o terceiro grande erro foi não utilizar o poderoso instrumento da reforma tributária, com a descentralização de recursos para os estados e municípios.”

Paulo Guedes exemplificou citando o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves: “O Aureliano tem todo o direito de protestar contra um corte de recursos da Eletrobrás, que coube ao Partido da Frente Liberal. Assim, o governo deveria negociar, especialmente no período pré-eleitoral, o corte nas despesas da Eletrobrás em troca de liberação de recursos para o Estado de Minas Gerais, por exemplo, para a construção de escolas, hospitais etc. Se tivesse de cortar US 108 milhões da Eletrobrás, poderia oferecer a Aureliano US\$ 50 milhões para gastos em obras públicas no Estado”, disse o diretor da Pactual.

Paulo Guedes disse ainda que o abandono do combate à inflação e dos cortes nos gastos públicos pode levar a um brutal aumento da carga tributária — tese defendida pelo Instituto de Pesquisas Econômicas, da Seplan — e a um impasse com o Fundo Monetário Internacional, a quem, no seu entender, os negociadores governamentais apresentaram “uma dose insuficiente para 1985 e um ponto de interrogação para 1986”. O que, para Paulo Guedes, não impede a vinda a Brasília do maior credor externo do País — o Citibank — mas expõe o Brasil ao risco de uma evasão crescente dos pequenos bancos envolvidos na dívida interna de curto prazo. O economista acrescentou que, nesses termos, “a Nova República vai crescer 9% este ano, sem combate à inflação, e daqui a quatro anos Sarney poderá sair apedrejado do governo”.

8 AGO 1985